

MÁRIO SAADI

ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
ASPECTOS JURÍDICOS À LUZ  
DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Javares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delgado
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

SA111i	Saadi, Mário
	Iluminação pública: aspectos jurídicos à luz da experiência brasileira / Mário Saadi.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	116p.; 14,5 x 21,5cm ISBN: 978-65-5518-186-9
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Municipal. 4. Direito Constitucional. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SAADI, Mário. *Iluminação pública: aspectos jurídicos à luz da experiência brasileira*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 116p. ISBN 978-65-5518-186-9.

## SUMÁRIO

---

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO 2	
AS PPPs NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	21
2.1 Introdução.....	21
2.2 Entendimentos do STF e sua relação com a competência municipal para prestação dos serviços de iluminação pública.....	22
2.3 Resolução ANEEL nº 414 e os impactos nos serviços de iluminação pública .....	26
2.4 Entendimentos do STF sobre a impossibilidade de cobrança de taxa de iluminação e sobre a possibilidade de cobrança da COSIP .....	29
2.5 Estruturação de PPPs e a figura da COSIP .....	34
2.6 Objeto e garantias em projetos recentes: os exemplos dos Municípios de Belém/PA e Macapá/AP.....	37
2.7 Conclusão.....	43
CAPÍTULO 3	
ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ASPECTOS ATUAIS DE MODELAGEM E DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS.....	45
3.1 Introdução.....	45
3.2 Análise crítica sobre o PMI: pontos de debate, sugestões e cenários alternativos.....	46
3.3 Discussão judicial sobre a Resolução ANEEL nº 888.....	50
3.4 Discussão no STF sobre a abrangência do custeio das atividades de iluminação pública .....	52
3.5 Financiamento e algumas condições atuais .....	55
3.6 Financiamento de projetos e as debêntures de infraestrutura .....	59
3.7 Conclusão.....	65

## CAPÍTULO 4

## PPP'S DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E RECEITA CORRENTE

LÍQUIDA .....	67
4.1 Introdução.....	67
4.2 Aspectos da RCL e as PPPs .....	69
4.3 A hipótese levantada: ausência de impactos, para fins do cálculo do comprometimento de RCL, decorrentes de PPPs custeadas integralmente com recursos da COSIP .....	72
4.4 A importância do tema para as Municipalidades: adoção de soluções para distintas atividades que poderiam ser realizadas por meio de PPPs.....	73
4.5 As razões do art. 28 e o foco no art. 10, II e IV, da Lei Federal de PPPs, para fins de projetos de iluminação pública .....	75
4.6 Precedente do TCE-MS: consideração apenas de receitas novas, decorrentes da PPP, para fins de cálculo do limite de RCL, e ausência de impactos de projetos custeados com a COSIP .....	78
4.7 Conclusões .....	82

## CAPÍTULO 5

## PROJETOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESVINCULAÇÃO DA COSIP E GESTÃO MUNICIPAL.....

83	
5.1 Introdução.....	83
5.2 Desvinculação dos recursos da COSIP e a questão constitucional.....	85
5.3 Previsões legais e contratuais sobre a utilização dos recursos da COSIP .....	89
5.4 Resultados das licitações e comparação com a arrecadação municipal .....	94
5.5 Alternativas aos gestores públicos e cuidados na aplicação dos recursos da COSIP .....	96
5.6 Parecer em consulta no âmbito do TCE-ES.....	98
5.7 Conclusões .....	99

## CAPÍTULO 6

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA JURÍDICA: CONDICIONANTES PARA REVOGAÇÃO DE LEGISLAÇÃO QUE CRIE A COSIP .....

101	
6.1 Introdução.....	101
6.2 TCU e a discussão sobre aprovação de determinadas leis sem a respectiva adequação financeiro-orçamentária .....	102
6.3 Entendimento do TCU no âmbito do Acórdão nº 1.907/2019 .....	103
6.4 Aplicação do entendimento no Acórdão TCU nº 1.907/2019 no setor de iluminação pública .....	105
6.5 Interpretação pela impossibilidade de diminuição ou revogação da COSIP sem os estudos financeiro-orçamentários adequados.....	107

6.6	Precedente do TJ/MG em âmbito de ADI .....	109
6.7	Conclusão.....	112

## CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO .....	115
-----------------	-----